

Barrar o antissemitismo

» CRISTOVAM BUARQUE

Professor emérito da Universidade de Brasília (UnB)

Em 1961, o serviço secreto de Israel descobriu a presença de Adolf Eichmann em Buenos Aires, escondido por dezenas de nazistas argentinos. Era a chance de vingar o assassinato de 6 milhões de judeus sob a coordenação daquele monstro. Em vez de bombardear o bairro onde ele morava para assassiná-lo, o primeiro-ministro Ben-Gurion optou por capturá-lo, tirá-lo da Argentina, fazer julgamento público, condená-lo à morte e enforcá-lo na madrugada de 1º de junho de 1962. Foi um grande risco, poderia não ter dado certo, mas Israel saiu fortalecido moralmente, suas forças de defesa e seus serviços de informação mais respeitados, o sionismo cresceu e o antissemitismo diminuiu.

Mais de seis décadas depois, terroristas palestinos assassinaram e sequestraram brutalmente 1,5 mil israelenses. Sob o pretexto de eliminar os terroristas que se escondiam entre civis, o primeiro-ministro Netanyahu promoveu a destruição de Gaza, o assassinato de dezenas de milhares de homens, mulheres e crianças e a transformação das cidades em guetos com 2 milhões de sobreviventes. Aproveitou a justa ira do povo israelense para esconder as falhas de seu governo na segurança das fronteiras de seu país, driblar acusações de corrupção contra ele, anular o Poder Judiciário, silenciar a oposição, calar a imprensa e unificar em torno de si não apenas israelenses, mas quase toda comunidade judaica do mundo.

Em 1961, Israel cresceu, agora, se enfraquece moralmente e oferece argumentos para antissemitas. Ao deixar-se identificar com o nome de Netanyahu, no lugar da identificação histórica com Jesus, Espinoza, Marx, Freud, Einstein, Sachs, Morin, os judeus do mundo insuflam antissemitismo, tanto quanto os alemães provocaram ondas antigermânicas ao se identificarem com Hitler, no lugar de Kant, Goethe, Hegel, Beethoven. Ainda mais grave, porque os alemães não tinham conhecimento de todos os horrores de seu tempo, e os judeus de hoje sabem o que está acontecendo em Gaza. A Nakba — catástrofe da expulsão de palestinos em 1948 — era tratada como o preço para dar o porto seguro ao povo que há milênios sofria perseguição por antissemitas, agora é levada como genocídio à Corte Internacional de Justiça.

Os radicais se matam por uma mesma causa: destruir os sonhos dos moderados. Os mortos e a destruição em Gaza são as vítimas visíveis e imediatas da aliança entre o governo Netanyahu e os terroristas do Hamas, cada um buscando a “solução final” contra o outro: o primeiro querendo expulsar e subjugar os palestinos, os outros

querendo anular a existência e expulsar os israelenses. Essa aliança maldita mostra que, no lugar da força moral e política de seus fundadores, Israel terá de usar cada vez mais armas de destruição em massa e implantar apartheid; precisará de uma Nakba permanente, que não se manterá para sempre, porque perdeu a guerra moral e toda derrota moral leva à derrota política.

Uma vítima invisível e de longo prazo será o desgaste da empatia mundial por Israel e o crescimento do antissemitismo. No dia 7 de outubro de 2023, o mundo acordou ainda mais solidário com Israel, mas o apoio se esvaneceu diante da brutalidade cometida por suas forças armadas contra o povo palestino e da incompetência desse poder militar para derrotar o terrorismo. A solidariedade com as vítimas israelenses se transformou em manifestações de simpatia por Gaza ao redor do mundo, nas ruas e nas universidades.

Os humanistas sabem da contribuição de judeus ao pensamento mundial, sentem solidariedade pelo que eles sofreram ao longo de milênios,

especialmente no holocausto do século 20, admiram a construção de Israel por líderes socialistas que priorizaram educação, ciência e tecnologia, por isso, têm a obrigação de lutar contra o antissemitismo que cresce por causa da desumanidade em Gaza.

O humanismo é incompatível com o terrorismo e com o antissemitismo. Apoiar a luta contra o terror e barrar o antissemitismo é tarefa de todo humanista, daí a obrigação de respeitar a história milenar dos judeus e denunciar os crimes do atual governo de Israel. Para tanto, os humanistas, inclusive judeus, precisam defender o uso da inteligência e da força de Israel para vencer ameaças terroristas, mas sem conivência com a “solução final” de expulsar e matar os palestinos, nem com a incompetência dessa força, se o seu propósito não for o genocídio. Precisam se distanciar da estratégia que, ao mesmo tempo, vitimiza o povo palestino, impõe um holocausto à alma judaica e, em consequência, insufla o antissemitismo.

A ferida mais mortal

» IZALCI LUCAS

Senador (PL-DF)

“Quando vejo uma criança, ela inspira-me dois sentimentos: ternura, pelo que é, e respeito, pelo que pode vir a ser”

Começo esse texto com a frase do grande cientista francês Louis Pasteur para que todos nós acordemos para esse que é, hoje, o grande e maior crime da humanidade: o crime do abuso e da violência que atinge nossas crianças e adolescentes em todo o mundo, mas, especialmente e diariamente em cada canto de nosso Brasil. É uma ferida de morte, pois mata não só o corpo quando isso se faz, mas a mente e o futuro de milhares de brasileiroinhos e brasileiroinhas em todo o nosso país.

A cada 24 horas, 320 crianças e adolescentes são explorados sexualmente no Brasil. Setenta e cinco por cento das vítimas são meninas. Além da violência sexual, essas crianças são submetidas a espancamentos, ao vício em álcool e drogas e são expostas a infecções por doenças sexualmente transmissíveis.

Mas o pior de tudo isso é que esses criminosos ficam impunes. Mesmo quando identificados e julgados são soltos e voltam a cometer o mesmo crime. E por que fazem isso? Porque têm a proteção ideológica do Estado que se sobrepõe à proteção do cidadão de bem, das crianças e da família.

Estamos no mês de maio, mês “laranja”, dedicado à conscientização da sociedade sobre os abusos e a exploração sexual de crianças e adolescentes.

Mas que atenção é essa que a Câmara dos Deputados e o Senado Federal estão fazendo a não ser acender a luz laranja em nossa Casa de leis? Nada!

Dados mais recentes do Anuário Brasileiro de Segurança Pública indicam que, em 2023, 22.527 crianças e adolescentes foram vítimas de maus tratos e 60% das vítimas tinham entre 0 e 9 anos. Os números são de casos registrados, mas sabemos que, por medo, muitos desses crimes sequer chegam a ser notificados. A tragédia, infelizmente, pode ser ainda maior.

É preciso dar um basta em tanta impunidade. Tenho, há algum tempo, percorrido todas as regiões administrativas do Distrito Federal e visitado os conselhos tutelares de cada uma das cidades, que ficam a poucos quilômetros do Congresso Nacional, do Palácio do Planalto e dos tribunais das mais altas cortes do Judiciário brasileiro. É assustador saber que o problema número um apontado por todos os conselheiros é o abuso, a violência e a exploração sexual contra crianças e adolescentes.

Os impactos imediatos e a longo prazo de toda essa violência são graves e incalculáveis. Só para se ter uma ideia do tamanho da tragédia, dados do Instituto Liberta mostram que são mais de 500 mil vítimas todos os anos, e que nosso país só fica atrás da Tailândia. Isso não só é um vexame, mas é, sobretudo, uma grande tragédia.

Há mais de 20 anos, projetos de lei que trazem iniciativas, sejam elas físicas ou definitivas, bem

como aquelas temporárias de castração química para esses criminosos, têm sido, em sua maioria, arquivados. Hoje, temos em tramitação no Congresso Nacional três projetos de lei que aumentam as penas e introduzem a castração química voluntária para aqueles condenados por crime de abuso e de violência sexual. Dois na Câmara, de autoria da deputada Bia Kicis e do general Girão, e um no Senado, de autoria do senador Styvenson Valentim. Mas, talvez sigam o mesmo caminho dos anteriores, com votações adiadas várias vezes até serem arquivados definitivamente.

Tudo isso porque se coloca como razão para não os apreciar e, sobretudo, não os votar que essas soluções afrontam os direitos humanos. Estranho é que esse argumento parta de juristas, professores e legisladores, e mais estranho ainda é que pensem principalmente nos direitos humanos dos violadores, e não daqueles que tiveram sua vida ceifada por atos desses criminosos que estão em cada canto desse país.

E por que outros países, mesmo com dificuldades e embates ideológicos, adotam outras formas de punição, como a castração química voluntária? E por que somos contrários a essa forma de punição? Quem importa mais: o que comete o crime ou a sua vítima?

Já que aqui não punimos, mas damos ao criminoso todas as formas de perdão, inclusive “sardinhas”, sugiro à nossa Casa de Lei que acenda as luzes da vergonha já!

Anvisa, você é vital

» RENATO PORTO

Presidente executivo da Associação da Indústria Farmacêutica de Pesquisa (Interfarma) e ex-diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa)

Pensar em salvar vidas, em inovar, em desenvolver o país sob a ótica de medicamentos é observar a missão da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). É lembrar e reconhecer um marco de eficiência e dedicação no cenário da saúde pública brasileira. A trajetória da Anvisa é marcada por uma busca incansável pela excelência regulatória e pelo compromisso inabalável com a segurança e a qualidade dos produtos e serviços sujeitos à sua regulação — dentre eles, os medicamentos disponíveis para a nossa população.

Há 25 anos, não imaginávamos que o mundo passaria por um teste tão grande dos sistemas sanitários. A pandemia da covid-19 testou os limites de todos nós, principalmente, dos sistemas de saúde, e exigiu respostas rápidas e eficazes das autoridades sanitárias ao redor do mundo. Nesse contexto extremo, a indústria farmacêutica respondeu ao desafio e desenvolveu remédios e vacinas em tempo recorde, num processo nunca visto de colaboração global, o que resultou na vacina pronta para a população em 326 dias, e a Anvisa se destacou pela sua qualidade e agilidade na autorização de medicamentos e vacinas, garantiu acesso rápido a tratamentos e ferramentas essenciais para o combate à doença. Sua atuação proativa e comprometida foi fundamental para salvar vidas e mitigar os impactos devastadores da pandemia.

Sob o prisma regulatório, a Anvisa desempenha um papel crucial na promoção da harmonização internacional das regras de registro de medicamentos e na facilitação da pesquisa clínica, dentre muitas outras iniciativas de colaboração global. Sua participação ativa em fóruns internacionais fortalece o controle da regulação de medicamentos, simplificando processos e acelerando a chegada de novas terapias ao mercado. Essa abordagem colaborativa é essencial para enfrentar os desafios complexos que permeiam o ciclo da inovação e a regulamentação de medicamentos no mundo.

Dentre outros aprimoramentos, a harmonização regulatória foi um passo fundamental para que o Brasil se tornasse primeira onda de registro — ou seja, um medicamento apresentado para avaliação de uma autoridade sanitária no mundo é exibido no mesmo momento aqui, trazendo rápido acesso aos pacientes brasileiros aos tratamentos mais inovadores. E não para por aí: hoje, a Anvisa avalia, em conjunto com outras autoridades, dossiês de medicamentos simultaneamente, evitando retrabalhos e, mais uma vez, ampliando o acesso das pessoas a novos remédios. A Anvisa é uma autoridade de referência global e está pronta para, muito em breve, ser reconhecida com o mais alto nível de avaliação da Organização Mundial da Saúde.

A medida que celebramos esses 25 anos de conquistas, é importante reconhecer, e sem esse importante recurso nada teria acontecido, o compromisso e a dedicação dos profissionais que fazem da agência brasileira uma instituição exemplar, e é por isso que precisamos refletir sobre a necessidade de manutenção do seu quadro de pessoal altamente qualificado. Ao longo desses 25 anos, foi esse desenvolvimento humano e profissional que fez a Anvisa ser quem ela é. Ter uma identidade forjada no trabalho incansável, sob bases robustas da técnica sanitária, com uma visão progressista, foi e será fundamental para continuar garantindo a segurança, a eficácia e a qualidade dos medicamentos disponíveis para nossa população, contribuindo para o avanço da ciência e valorizando o ciclo da inovação. Contudo, é preciso manter a força de trabalho da agência — em 2007, a Anvisa tinha 2.360 servidores e, hoje, tem 1.400, número menor do que no ano 2000. Isso faz com que o tempo de análise das petições de novos medicamentos chegue a 776 dias, ou seja, mais de dois anos para um novo remédio chegar às pessoas.

Não restam dúvidas de que a Anvisa preparou o ambiente, tirou uma série de barreiras do desenvolvimento, tornou-se forte e deu segurança regulatória para atrair investimentos e desenvolver o mercado farmacêutico. Contudo, também é preciso que outros órgãos subsequentes no ciclo da inovação, como a Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde (Conitec) e a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), adentrem nesse universo de efetivo planejamento estratégico para ampliação do acesso a tratamentos no Brasil.

Renovamos nosso compromisso em apoiar e colaborar com a Anvisa, e com todas as instituições, na busca contínua por um sistema de saúde mais seguro, eficiente e acessível para todos os brasileiros. Anvisa, você é fundamental na promoção da saúde e do bem-estar. Você é vital!